

O URBANO ENTRE A DIREITA E A ESQUERDA, O PÚBLICO E O PRIVADO

A rua negada como possibilidade à vida

Ricardo Baitz *

A SEGREGAÇÃO ATRAVÉS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Quem não tem casa mora debaixo da ponte”, é o que expressa um antigo ditado popular. Ele remonta a uma época em que a cidade, aparentemente, existia para todos, desde os mais afortunados, com seus palacetes, até aos mais pobres, carentes inclusive de um teto. Época em que o “viver em condições precárias” era entendido como algo passageiro, já que as dificuldades de fixação decorrentes da pobreza se ajustariam com a cidade crescendo e fornecendo mais empregos e moradias. De lá até o momento em que este texto é escrito, muito aconteceu; mas o principal é que a cidade cresceu em ritmo acelerado, e também foi aceleradamente que mais pessoas passaram a viver nas ruas, e não só embaixo dos viadutos e pontes. Enfim, tornou-se cada vez mais comum pessoas desempregadas se verem sem perspectiva outra senão irem, com a família, morar com parentes ou na rua. Também se tornou muito mais difícil escapar à última: as pessoas que conseguiram sair da rua, normalmente o fizeram com muita ajuda humanitária externa, prestada por pessoas e entidades de apoio, como a Igreja. Enfim, mudou o tempo, e com ele os conteúdos sociais, que é o assunto deste artigo¹.

Há alguns anos – uma década, talvez – os viadutos de Pinheiros eram habitados. Especialmente na rua Mateus Grou e na Virgílio de Carvalho Pinto, dada sua boa localização², e pelo fato de ser um ponto protegido da luz intensa do sol e da chuva. Esse aspecto, que parece ser diminuto, era o que mobilizava os encontros dos catadores de recicláveis (carroceiros) ao meio-dia. Era quase natural vê-los se socializando nesse horário, muitas vezes animados com seus jogos de cartas, à espera do término do preparo da refeição, feita em fogão improvisado de tijolos e servida em latas. Alguns lá moravam, enquanto outros preferiam o grande pontilhão da avenida sumaré, obra mais recente. Diferenças estavam presentes: assim como havia o migrante recém-chegado à metrópole que encontrou aí uma porta de entrada, uma maneira de se fazer incluído enquanto aguardava (buscava) coisa melhor, havia também o desesperançado, o louco e o bêbado, comuns a todos os lugares, e que por isso mesmo recebiam algum tipo de inserção social³, quase todas muito ruins e precárias, mas melhores que a indiferença, já que havia um preparo da sociedade em lidar com os seus mais diversos quadros, inclusive com os doentes e os idosos, sem recorrer intensamen-

te aos “depósitos de gente improduti-va”, tais como escolas maternas, hospitais, asilos.

Hoje, esses viadutos estão vazios. No lugar de pessoas, há jardins, com algumas flores que são até bem bonitinhas, é verdade. É certo que nesse período esse tipo de população, os despossuídos inclusive de um teto, cresceu; assim como é certo que a maioria deles não se abriga mais sob as pontes e viadutos da cidade (o crescimento acelerado de albergues e favelas denuncia isso). É ainda mais certo que a rua não é casa, e que é muito triste morar nela: as pessoas merecem coisa melhor, de fato. Mas essa não será a discussão enfrentada. Interessa-me desvendar como aquelas plantinhas bonitinhas foram parar no lugar que antes era ocupado por pessoas. Interessa-me saber como foi produzido esse espaço urbano, ou seja, quais foram as relações sociais que possibilitaram a substituição das pessoas pelos jardins.

Os jornais registram, bem ou mal, essa história⁴. A metamorfose da região é neles anunciada através de edifícios modernos, com garagens subterrâneas, elevadores, guaritas de vigilância, áreas de lazer (futebol, piscina, academia) em substituição aos sobrados operários. Essa arquitetura traz consigo um modo de ver a cidade: lanças ou cercas elétricas, ausência de marquise externa que possa abrigar os

transeuntes nos dias de chuva, recuos ostensivos que são ocupados por belos jardins. Ao mesmo tempo ela se apresenta mais limpa, pois mostra apenas aquilo que quer: a entrada da garagem (e não os carros), a guarita e o porteiro (e não os moradores), o jardim (e não a área de esportes ou o salão de festas), filtrando os conteúdos e separando por completo a vida da rua da vida da casa, ou melhor, do apartamento. Uma metamorfose que se iniciou pela forma, mas que invadiu os conteúdos mais íntimos da vida. Metamorfose que foi, simultaneamente, produzida e produtora de uma nova classe média, aquela que se instalou no local. Classe que procurou *homogeneizar* o espaço, desenvolvendo uma mentalidade de retirar o que era incompatível com esse viver “moderno”, quer sejam os pequenos sobrados operários, quer sejam os moradores de rua.

HISTÓRIA DE UMA OPERAÇÃO DE GUERRA

É nesse contexto que nasceu a Associação dos Moradores e Comerciantes da Mateus Grou, cujo objetivo “era tirar mendigos, traficantes, usuários de drogas e pessoas violentas debaixo do viaduto, para melhorar a imagem da rua” (A2). Justificativa bastante tosca⁵, é verdade, mas que produziu seus efeitos: constituiu a associação que por sua vez iniciou uma operação de guerra aos moradores de rua. O primeiro passo foi, através da inversão de papéis, com o violentador se passando por vítima⁶, reclamar a higienização do viaduto aos órgãos públicos, o que foi atendido em 2002: “A prefeitura autorizou nossa iniciativa, tirou os mendigos debaixo do Viaduto Mateus Grou, quebrou o muro que cercava a escada do viaduto e removeu os entulhos para que começássemos a nos mover” (A2). “Os espaços, que eram ocupados por mendigos, geladeiras, fogões e móveis, foram lim-

pos” (A2). “Para tirar os mendigos da rua, vieram psicólogos da Prefeitura e assistentes sociais” (A2). “(...) uma carreta da Prefeitura também foi usada para retirar os móveis dos desabrigados” (A2).

Mas operações de guerra não terminam com a vitória, simplesmente. Exigem ocupação do território inimigo, evitando o revide dos vencidos: “Assim que os mendigos foram tirados do viaduto, os membros da associação colocaram 16 caixas d’água no local antes ocupado pelos desabrigados” (A2). Como não existia projeto algum, exceto o de afastar os mendigos, as caixas ficaram abandonadas: “Como as caixas d’água estavam virando depósitos de lixo, os moradores juntaram-se em um domingo, no mês de março, e cada um trouxe uma planta diferente para transformá-las em grandes vasos. ‘As caixas foram pintadas de branco, pois queríamos aos poucos ir melhorando a aparência da rua’, disse o advogado Anagé Guimarães, de 63 anos” (A2).

Com medo da rua ser tomada pelo lixo, a associação mobilizou os prédios do local: “‘Cada prédio ficou responsável por dois vasos’ (...) ‘a associação também foi responsável pela reforma da escada que permite o acesso da Rua Teodoro Sampaio à Rua Mateus Grou. Nela foi colocado um corrimão, além de arrumar as paredes e a estrutura da escada.’” (A2). Nesse momento a comunidade se uniu em torno do seu objetivo, um objetivo de classe, e a Associação, que no início visava apenas retirar os mendigos, ganhou força e dinheiro: “A reforma custou R\$ 8 mil até o momento, desde junho, para a associação. Cada associado paga R\$ 12,00 por mês” (A2). Pagando essas pequenas contribuições as pessoas viram-se livres para fazer suas atividades no final de semana (afinal, cultivar plantas consome muito tempo) e para reivindicar constantes melhorias

(“estou pagando” é o dito).

Aos poucos o dinheiro “tomou conta” da rua, pintando-a e modificando-a para atores quase abstratos, os associados... O serviço de uma empresa de vigilância foi contratado, e assim implantou-se uma ronda motorizada 24 horas no local. Sob uma ação que aparentemente é pequena, a de se pagar pela manutenção do viaduto ao invés de fazê-lo pessoalmente, esvaziaram-se os conteúdos e firmou-se uma ação quase “contemplativa” do urbano. Com dinheiro em caixa surgiu um projeto paisagístico para o viaduto: “As paredes foram pintadas, as calçadas e as guias reformadas e foi feito um jardim acompanhado de um grande mosaico sob o viaduto. Os espaços, que eram ocupados por mendigos, geladeiras, fogões e móveis foram limpos.” (A2). Projeto erguido com a força do dinheiro, acompanhado de cimento e lanças para afugentar de vez os mendigos. Livres dos indesejados, a Associação seguiu firme no seu caminho: tomou posse de um córrego canalizado e fez dele uma praça, noticiada em diversos jornais como atitude exemplar.

PARA ALÉM DA CRÍTICA MORAL: O PROCESSO LIDO PELO VALOR

Mais que “qualidade de vida”, a classe média local comemorou então a valorização dos seus imóveis: “‘Houve uma melhora boa, prédios em lançamento valorizaram entre R\$ 20 e R\$ 30 mil’, comenta o presidente da Associação, Luiz Eugênio de Mello Dall’Olio”⁷ (A10). E aqui chegamos a um eixo para discutir o espaço urbano. É a valorização imobiliária, como um jornal timidamente aponta: “Uma nova alternativa de lazer público começa a se multiplicar na Grande São Paulo: a construção, a manutenção e a reforma de praças e parques por meio de parcerias entre a iniciativa privada, o poder municipal e a comunidade. (...) Em alguns casos, construtoras e

incorporadoras assumem o papel de boas-praças na criação desses espaços de lazer público, visando a valorização imobiliária nas proximidades de empreendimentos em fase de lançamento” (A11).

No geral, as “boas-praças” e os empreendimentos são realizados em áreas de menor valor da cidade. A construção conjunta aumenta o preço do m² da região⁸, gerando lucros superiores ao normal para a empreiteira. Como estratégia para obtenção desse lucro extraordinário são prestados fundos a construção de praças, quadras ou outro espaço público que maqueie a história do lugar⁹ e o torne “bonito”, de modo a facilitar a venda do “produto”, que são casas ou apartamentos.

Vejamos o que um corretor relatou dois anos antes da Associação tomar o viaduto, em 2000: “O entrevistado identifica como concorrentes o edifício Palazo San Matheus, realizado pelas incorporadoras Rovic e Reitzfeld na rua Mateus Grou; e o Espaço América da Tamiz Engenharia, na rua Capote Valente 171. Entende que o primeiro tem uma área útil maior – 63m² – mas que está em uma localização muito inferior, no trecho da rua que passa por baixo do viaduto da rua Teodoro Sampaio, que é um ponto de concentração de moradores de rua. Pejorativamente algum corretor, eventualmente, teria ironizado que quem comprasse ali iria ‘morar debaixo da ponte’. O preço total seria equivalente, mas significativamente inferior por metro quadrado.” (Meyer, 2009). Do simbólico “morar debaixo da ponte” à “rua do interior”¹⁰ muito teve que ser produzido nessas quadras. Não foi a sorte, o acaso ou a *espontaneidade* da nova classe média que transformou a Mateus Grou naquilo que ela é hoje. Ao contrário, a classe média foi até mesmo lubrificada nesse processo, o que não a torna inocente. Foram as construtoras, dentre outros, que sou-

beram conduzir seus negócios, fazer parcerias, capturar e programar a vida sob os viadutos e devolvê-la “retificada” a seus interesses. É o representante de outra construtora quem diz, sobre um lançamento na rua Joaquim Antunes: “*Quanto à deteriorização do entorno, a empresa tomou a iniciativa de reunir os vizinhos, com os quais fundou a Associação dos Moradores da Joaquim Antunes – ANJA. Diversas iniciativas estão sendo tomadas: os moradores de rua foram retirados pela prefeitura, está-se procurando ocupar o local com um ponto de táxi, pretende-se arborizar a rua e executar um projeto paisagístico na ‘piazzeta’ da escadaria, incentivar o cuidado com as fachadas e com o lixo pelos moradores.*” (MEYER, 111).

Os jornais registram a proliferação desse tipo de associação por toda a cidade, e é difícil perceber quais reúnem verdadeiramente os moradores e quais são meras “fachadas” para valorização imobiliária. Mas isso não importa muito, pois os desejos imobiliários se compõem ao que a classe média almeja, sendo estéril esse tipo de discussão. Mais simples é constatar que a cidade agora se produz com uma arquitetura de “exclusão”: são bancos com lanças, vasos nas calçadas, paisagismos que impossibilitam usar a rua senão como via de passagem.

ECONOMIA POLÍTICA DO ESPAÇO PÚBLICO

O poder público? Ele oscila entre um papel tolo ou ativo, dependendo da administração. A esquerda se deixa enganar, e corrobora, como mostra o exemplo da Mateus Grou. A direita, é importante ressaltar, encampa a luta ativamente, sem maiores pudores, criando, por exemplo, rampas inclinadas que expulsam os moradores de rua: “A prefeitura de São Paulo começou a ins-

talar nesta semana rampas de concreto ‘antimorador de rua’ em uma das extremidades subterrâneas que leva à Doutor Arnaldo. O piso será chapiscado, tornando-o mais áspero e incômodo para quem tentar dormir no local.” (B1). Obra que conta com “cerca de 14 metros de extensão até agora, mas que deve ficar ainda maior para ocupar todo o espaço antes do ponto onde a calçada se afunila” (B1). Papel endossado pelas associações que não acreditam na possibilidade de uma cidade para todos: “O presidente da Associação Paulista Viva, Néelson Baeta Neves, defende a ação da prefeitura. ‘O cartão-postal da cidade tem de ser preservado. Sabemos das dificuldades sociais, mas não dá para ter gente morando na Paulista. A cidade precisa de ordem.’” (B1)¹¹.

Na cidade da ordem a rua deixa de ser de todos para se tornar patrimônio do poder público. É o que defende Reinaldo Azevedo: “Lugar de gente sem teto não é ao relento, sem cama, água encanada ou segurança. As pessoas precisam ser convencidas a ir aos albergues, embora não possam ser obrigadas a tanto. À prefeitura cabe oferecer as alternativas e devolver os logradouros públicos ao público. Não podem ser privatizados por pobres, ricos ou padres.” (B2), esquecendo que o direito de ir e vir, constitucional, também é o direito de ficar. A direita mostra a coesão de seu discurso através do presidente da Associação Paulista Viva: ele “acredita que, quando um cidadão mora na rua, ocupa um espaço público e prejudica o restante da comunidade.” (B1).

A cidade enquanto um grande negócio ganha contornos nítidos nesses discursos. Cada palavra é materializada, e transforma a cidade e o espaço urbano. Sem criatividade, sua forma final se assemelha a um shopping-center: sempre limpo, organizado, funcional. E para isso o espaço é vigiado

ostensivamente. Policiais e vigias sondam os insolváveis em seus trajetos e coagem os moradores de rua, muitas vezes sem motivação¹².

Esse espaço possui uma tendência: admitir somente o que promova os negócios. Inclusive a pobreza tende a se tornar um negócio, pois esse processo patrocina com cifras consideráveis - e sempre insuficientes - a criação de albergues que mantêm as pessoas privadas da cidade (e de todas as relações possíveis pela cidade, ruins ou boas).

Caraguatatuba traz exemplos notórios. Nela o “prefeito José Pereira de Aguiar (PSDB) alugou uma fazenda de 16 alqueires, a 23 quilômetros do centro, cercada de mato por todos os lados e com ônibus apenas uma vez por semana” (...) “para afastar os moradores de rua dos milhares de turistas que vão passar as festas de fim de ano e as férias na cidade” (C1). Seu objetivo, ao direcionar os mendigos da cidade para a fazenda, era o de “dificultar a volta dos moradores de rua e ver sua cidade ‘limpa’” (C1). Em uma linguagem mais erudita, “o programa de recolhimento de mendigos e andarilhos tem como objetivo melhorar a imagem turística da cidade” (C2). A distância é proposital: “quis um local para dificultar a volta deles e está dando certo. Até agora, só quatro voltaram a pé. Hoje (sexta-feira), temos já 17 vivendo na Santa Mônica” (C1). Situação que é percebida como a de um “campo de concentração” pelos mendigos: “quatro acabaram desistindo da fazenda, caminharam os 23 quilômetros e voltaram a dormir ao relento. Pelo caminho de terra, encontraram apenas muitos buracos, poucos casebres e nenhum vizinho.” (C1). O autoritarismo aparece sob a forma de opções binárias, como pode ser percebido na fala de Junqueira, diretor da entidade Vida Nova: “Ou aceitam nossa ajuda, para que voltem a ter uma vida digna, emprego, casa, comida ou voltam para a

sua cidade de origem.” (...) “Muitos preferem voltar para o município de origem e a prefeitura paga a passagem de volta” (C3). “O carro amanhã estará arrumado e vamos fazer mais rondas para buscar todos os andarilhos.” (C3).

ENCAMINHAMENTOS

Poderia terminar este artigo expondo conceitos que são trabalhados por diversas ciências. Poderia assim escrever sobre as associações nominais e suas formas modernas de lutas de classes (Lefebvre, 2005); sobre como o Direito pode ser manuseado para legitimar ações higienistas, como esse processo aprofunda a segregação sócio-espacial, ou ainda sobre o fato de vivermos uma urbanização crítica esclarecida, ou seja, de vivermos esclarecidamente a impossibilidade da cidade para todos. Temas importantíssimos, é bem verdade, que demonstram haver um recrudescimento do espaço urbano enquanto uma conquista¹³ aberta a possibilidades.

O processo narrado traz consigo uma perda efetiva para todas as classes sociais. Nele o pobre se vê emparedado e vive um infra-urbano; o rico se vê ameaçado e gasta inutilmente seu capital em segurança, de modo a se proteger e se isolar. Entre esses dois extremos há a classe média, que oscila entre o esnobismo dos ricos e a assombração dos pobres. Ela inconscientemente abomina não os mendigos, mas a possibilidade de se tornar mendicante nesse sistema que vulnerabiliza indistintamente ricos, pobres e medianos. Guerrilha *inconsciente* que faz ascender o lado *animal* do ser humano. Nela a civilização se transforma em barbárie. Jogo perigoso, que só conhece uma regra: fazer todos os jogadores perderem, compulsoriamente.

A idéia de que as cidades sejam máquinas de produção não é nova; outrossim, é nova a noção que elas se

reduzem a isso. Redução das mais perigosas e que torna o conceito de cidade unidimensional, expurgando aquilo que não seja negócio e afastando o mais qualitativo, que é o urbano: a festa, o encontro, a dádiva (que persistem enquanto resíduos).

Finalmente, chegamos ao urbano. Ele surge como contraposição real ao privado e ao público. Enquanto esses últimos se compõem, não por falta de ética, mas por ser essa sua lógica interna, o urbano se opõe através da festa, do encontro, da dádiva e do gozo, que dão à cidade um sentido mais belo e menos tacanho. Ele é o contraponto à identidade público-privado. Por isso defendi, em outros trabalhos, a noção de *espaço comum*, que fugiria ao espaço público e ao privado existente por nascer e se constituir com outros estatutos, dentre eles, o do controle não hierárquico permitindo a simultaneidade.

Esse espaço, averso ao público e privado - repito mais uma vez -, não cai nas armadilhas idealistas da ética nos negócios ou na do bem coletivo, tão em moda. Ele se reporta à história, pois é um espaço que existiu, de fato, em outros tempos: os exemplos são diversos, mas basta lembrar que as cidades já foram coisa bem diferente do que são hoje. Nem por isso é invocado o saudosismo. Ao contrário, a noção de espaço comum ou espaço urbano pulsa enquanto *possibilidade latente e aberta*, e é essa sua virtude: a de se constituir enquanto um projeto possível, a ser realizado em grande escala. Sua força enquanto oposição real tem sido amortecida, junto com as demais contradições dessa época.

A aposta é que o esclarecimento do processo, com seus agentes, álbis e perdas dê calor às contradições sufocadas e acenda o debate. Identificar contra o que se luta também faz parte da batalha, assim como tornar as idéias perigosas. Esse é o momento da luta.

* **Ricardo Baitz é Advogado, Pós-graduando em Direito Público pela Escola Superior de Advocacia, ESA/OAB/SP e Mestre em Geografia Humana pelo Dpto. de Geografia da FFLCH/USP.**

NOTAS

1 - O mesmo tem por base pesquisa realizada na Zona Oeste de São Paulo, mais precisamente no bairro de Pinheiros. A mesma não é, entretanto, pontual, pois os documentos levantados reportam também a outras regiões, o que revela a existência de uma estratégia comum, especialmente quanto às associações (de moradores, de comerciantes, ...).

2 - A rua Teodoro Sampaio, bastante antiga, foi constituída através de uma grande obra de aterramento, de modo a permitir a passagem do bonde e das pessoas mesmo nos dias de chuvas. Isso nos primórdios do século XX. A expansão urbana mais tarde criou diversas ruas transversais, dentre as quais a Mateus Grou e a Joaquim Antunes, que por conta do grande aterro (o qual chega a mais de 5 metros de altura em certos pontos) se interrompiam para os automóveis, tornando-se escadarias (a escadaria da rua Virgílio de Carvalho Pinto é dessa época). A solução só se deu mais tarde, com a engenharia criando túneis de forma a atravessar o aterro, originando os dois pequenos viadutos urbanos. Eles surgiram - e estão - dentro do tecido urbano: ao lado de casas e pequenos edifícios, numa região com boa infra-estrutura de transporte.

3 - Nesse momento lembro-me de minha mãe e dos invernos paulistanos. Especialmente nessa época ela ficava atenta ao movimento da rua. Às vezes casas ociosas, para aluguel ou venda, tinham a garagem invadida por moradores de rua que buscavam um abrigo ao frio intensificado pelos ventos e chuvas. Nessas ocasiões ela nos mandava entregar pequenas coisas que lhes faziam diferença. Eram lanches, chocolate ou chá (sempre muito quentes), e também cobertores. Sua motivação era, de fato, religiosa e moral; e percebíamos isso ao fazer as entregas. O sentimento era duplo: bom pela mobilização e por estar prestando uma ajuda; mas ruim por compreender a precariedade da ação, por saber que mesmo que todos tivessem essa atitude o problema em si não seria resolvido, que algo escapava à nossa compreensão quanto a como tratar aquela situação, de modo que ela não mais ocorresse. O que valeu foi a inquietação plantada, e a busca por respostas continuar.

4 - Ao término do texto são sugeridas para leitura algumas notícias selecionadas. Para facilitar seu acesso, sempre que possível, indiquei o site da internet onde o texto pode ser encontrado. Todas as notícias compõem este artigo; mas por questão de espaço não puderam ser reproduzidas. A ordem escolhida é

proposital.

5 - Associar violência à miserabilidade é um artifício usado desde longa data pelo pensamento de Direita. É também da Direita o hábito de, ao se sentir constrangida, desumanizar o que lhe incomoda (o resto humano debaixo da ponte, por exemplo), associando-o a toda ordem de crimes (fato que os registros da Delegacia não comprovam) a fim de afastar ou exterminar o que incomoda, o que lhe constrange, aquilo que não é o seu par. No caso, o interesse real era o de "melhorar a imagem da rua", tornar bonito o que parecia ser feio, tornar cheiroso o que exalava cheiro ruim, colorir o que era preto-e-branco, afastar o que incomodava. Violência e drogas são meros álbis; de outro modo, tratar-se-ia de recuperar as pessoas, e não de desfazê-las de sua humanidade para higienizar a ponte.

6 - A Associação acrescenta, sobre a violência, o seguinte aspecto: "sem contar que corria também o risco de assaltos e transgressões por parte daqueles 'residentes'" (A1), opinião corroborada pela gerente de loja Dorcas Konishi ao mencionar que "Antes do processo de urbanização, não era possível passar pelo trecho do viaduto. Além da violência e risco de ser roubado, havia um forte cheiro de urina" (A2). Mas de que tipo criminoso estamos falando? De assaltantes que complementam a renda dos roubos carregando carroças pela cidade, repletas de latinhas e papelões? Ademais, não se ouve falar de bandidos que possuem endereço certo: viaduto Mateus Grou, sem número. O arquiteto Kiko Pereira, sem contrangimentos, expõe que "Tinha assalto e consumo de drogas (...). Ficava tão abandonado o lugar que até uma criança já nasceu ali." (A10). São claras as necessidades das pessoas que vivem na rua. E também é claro o interesse oposto, que o próprio arquiteto expõe, revelando sua grande preocupação: "O imóvel ali na área era bem desvalorizado. Tive até que me mudar por causa disso" (A10).

7 - A "qualidade de vida", quando mencionada, é um reflexo, e não o objetivo principal: "Segundo a moradora Joseita da Silva, com a construção da praça, além de o local ficar mais valorizado, haverá um espaço para que a comunidade possa se conhecer melhor" (A13).

8 - A idéia que obras valorizam os imóveis do entorno é antiga. O próprio Marx dedicou capítulos do *Capital* ao estudo da renda diferencial I e II, e à passagem da renda diferencial II para I. Os economistas bem exploram essa temática, recomendando investimentos imobiliários na periferia, vez que lá haverá um ganho extraordinário quando a infra-estrutura urbana (água, luz, rua asfaltada, etc) chegar ao local.

9 - A higiene dos viadutos e das escadarias inclui a assepsia da história, pois historicamente a Mateus Grou, Joaquim Antunes e Virgílio de Carvalho Pinto eram regiões desvalorizadas e que remontavam aos moradores mais humil-

des de Pinheiros. Morar na Mateus Grou não era glamoroso, mas o contrário. É a conselheira da associação que diz: "Eu tinha vergonha de falar onde morava. Hoje tenho orgulho" (A19).

10 - "Parece rua do interior, todos se conhecem e passeiam tranquilos", compara Eduardo Oliveira, 75, engenheiro da Olipo! (A11)

11 - Faço agora uma revisão do que escrevi em 2004, na dissertação de mestrado. Naquele momento expus que havia pouca diferença entre a política praticada pela Esquerda se comparada à da Direita. Embora ambas corroborem ao processo, a Direita o incentiva em escala ampliada, sendo extremamente mais reacionária que a Esquerda. Permanece assim a crítica a ambas, pois o mundo que se deseja não será conquistado através da Direita e tampouco pela Esquerda existente.

12 - Num trabalho de campo, junto a outros quatro colegas pesquisadores, pedimos a um grupo de catadores de recicláveis nos Campos Elíseos para tirar uma foto da fachada de uma fábrica desativada. Durante a sessão de fotos uma viatura da Polícia, que passava em alta velocidade, parou no local. Dela saíram dois policiais, um deles com a arma em punho, que de pronto interpelaram os catadores, pedindo documentos e chutando o lixo no qual trabalhavam. Nossa presença foi percebida após alguns minutos. O policial, sempre com a arma em punho, veio em minha direção, vez que portava a máquina fotográfica. Do meio da via, com a voz áspera, perguntou, em alto tom: "Quem te autorizou a tirar fotos da polícia?". "A OAB. O senhor deseja ver meus documentos?". Desconcertado, ele viu os documentos e prosseguiu, perguntando onde as fotos seriam publicadas, o motivo delas, etc. Somente quando foi explicado se tratar de uma pesquisa universitária, e não jornalística, ele se deu por satisfeito e saiu, resmungando. Permaneci no local até a viatura partir, e logo após o incidente, outra viatura nos seguiu. A carteira da Ordem dos Advogados nos poupou de procedimentos ilegais e vexatórios, como o da revista em via pública, e na ocasião, fez com que os catadores não sofressem maiores represálias; outra ilegalidade.

13 - Engels, em *A situação da classe operária na Inglaterra*, narra as péssimas condições dos ingleses operários. As cidades são "habitadas sobretudo por operários (esta proposição hoje levantaria mais de uma objeção) que não possuem nada; eles vivem de seu salário, a cada dia; a sociedade, tal qual ela é, lhes deixa o cuidado de suprir suas necessidades e as de sua família; ela não lhes fornece os meios de fazê-lo de uma maneira eficaz e durável. (...) as moradias dos trabalhadores são mal agrupadas, mal construídas, mal conservadas, mal ventiladas, úmidas e insalubres. 'Os habitantes estão aí confinados num espaço mínimo'; na maior parte dos casos, uma família inteira dorme numa só peça." (Lefebvre, 22).

Mas ele também nota que as pessoas preferem a cidade ao campo. A cidade e o urbano lhes traz consideráveis vantagens, não sendo apenas opressão. Aos poucos os trabalhadores ganham consciência do mundo e do seu papel no grande sistema. Eles sentem que constituem uma classe, que podem lutar, seja por melhores condições (reformismo), seja por um outro mundo. Viver o urbano cria essas possibilidades, através do encontro, da informação, da aglomeração, do desencantamento do mundo místico.

TEXTOS PROPOSTOS

A – MATEUS GROU

A1–AMCMG. Como Surgiu? <http://www.amcmg.org.br/historia/historia.htm>

A2–Jornal da Tarde, 24/08/2001. Moradores e comerciantes criam nova rua em Pinheiros. <http://amcmg.org.br/noticia/not5.htm>

A3–Projeto Aprendiz. Rua Matheus Grou comemora recuperação de área degradada. http://www.uol.com.br/aprendiz/n_noticias/acontece/id270801a.htm

A4–Prefeitura de SP. Áreas verdes: Subprefeitura de Pinheiros assina outro Termo de Cooperação. Internet, <http://www2.prefeitura.sp.gov.br/noticias/ars/pinheiros/2002/10/0003>

A5–AMCMG. Termo de cooperação 61 / SP – PI / 02. http://www.amcmg.org.br/projetos/praca/termo_ccop.htm

A6–Prefeitura de SP. Mais de 100 termos de Cooperação são assinados na Subprefeitura de Pinheiros. Internet, <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/ars/pinheiros/2002/12/0009>

A7–AMCMG. Praça Matheus Grou. Internet, http://www.amcmg.org.br/projetos/praca/praca_historia.pdf

A8–Jornal A Gazeta de Pinheiros, 28/02/2003 a 06/03/2003. Praça Matheus Grou será entregue no fim de março. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/bazar1.pdf>

A9–Jornal Nosso Bairro. Subprefeitura de Pinheiros estimula adoção de áreas públicas. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/adareapub.pdf>

A10–Jornal o Estado de São Paulo, 07/03/2003. População se une em torno da natureza. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/not12.htm>

A11–Jornal Folha de São Paulo, 18/05/2003. Boas-praças: multiplicam-se parcerias entre a iniciativa privada (incluindo construtoras e incorporadoras), o poder público e a comunidade em prol do lazer coletivo. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/praca/flsp/flsp18.pdf>

A12–Jornal A Gazeta de Pinheiros, 28/3/2003 a 3/04/2003. Praça Matheus Grou será inaugurada. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/not16.htm>

A13–ImovelWeb. Comunidade de Pinheiros inaugura Praça Matheus Grou e lança projeto. Internet, http://www.imovelweb.com.br/iw_noticias.asp?Noticia=2109

A14–Jornal o Estado de São Paulo, 30/03/2003. Moradores transformam terreno baldio em praça: Com apoio da Prefeitura e da iniciativa privada, área foi inaugurada ontem em Pinheiros. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/not15.htm>

A15–Dimenstein, Gilberto. Criação “off-garden”. Internet, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/urbanidade/gd130203.htm>

A16–Jornal A Gazeta de Pinheiros, de 25/04/2003 a 1/05/2003. Pinheiros tem nova associação de moradores. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/gazetap.pdf>.

A17–Jornal Folha de São Paulo, 13/07/2003. Sinalização de Pinheiros. Internet, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1307200310.htm>

A18–Jornal Folha de São Paulo, 12/07/2003. Pinheiros não define uso de corredores. Internet, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1207200301.htm>

A19–Vida Simples. Minha rua, minha casa. Internet, <http://vidasimples.abril.com.br/livre/edicoes/016/04.shtml>

A20–MEYER, João Fernando Pires. Adoção de métodos de análise de mercado imobiliário nas decisões de projeto (Dissertação de Mestrado), FAU/USP, 2000.

B - RAMPAS ANTIMENDIGO

B1–Serra põe rampa antimendigo na Paulista - Internet, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u113368.shtml>

B1(a)–Avenida Paulista terá rampa “antimendigo”. Terra, Internet: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,O1678674-EI306,00.html>

B2–A crueldade dos humanistas de Lancellotti. Primeira Leitura, Internet, <http://www.primeiraleitura.com.br/auto/entenda.php?id=6290>

B3–Carta de Andrea Matarazzo no Painel do Leitor da Folha. Agência Tucana, Internet, <http://www.psd.org.br/noticias.asp?id=20008>

B4–Serra recebe críticas por rampa antimendigo - Internet, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u113408.shtml>

B5–Prefeitura decide retomar construção de rampa ‘anti-mendigo’ na Av. Paulista - Internet, <http://oglobo.globo.com/online/plantao/189470971.asp>

C - CARAGUATATUBA

C1–Longe dos olhos: Caraguá esconde mendigos de turistas. Folha de São Paulo. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1212200526.htm>

C2–Planejamento Urbano: Caraguá aluga fazenda para abrigar andarilhos – VP 22/11/05.

ValeVerde, Associação de Defesa do Meio Ambiente. Internet, <http://www.valeverde.org.br/html/clipp2.php?id=4229&categoria=Litoral+Norte+paulista>

C3–Mendigos preferem sair de Caraguatubá a morar em fazenda. Agência Estado, Internet, http://www.cosmo.com.br/cidades/litoral_norte/integra.asp?id=131597

C4–Cidade do litoral de SP vai isolar os mendigos. Portal Terra. Internet, <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,O1766684-EI306,00.html>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia

(2000) *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes.

BAITZ, Ricardo

(2004) *O metrô chega ao centro da periferia: estudo do concurso público nacional de reconversão urbana do Largo da Batata e da operação urbana Faria Lima em sua nova fase* (dissertação de mestrado). São Paulo: DG-FFLCH/USP.

BAITZ, Ricardo

(2004) *Para uma Egogeografia - Pinheiros: aspectos de um bairro metropolitano* vol. 2 (dissertação de mestrado). São Paulo: DG-FFLCH/USP.

BAUDRILLARD, Jean

(1995) *Para uma crítica da economia política do signo*. Elfos, Lisboa.

DAMIANI, Amélia Luísa

(2004) “A propósito do espaço urbano: algumas hipóteses”. In: Grupo de Estudos Urbanos. *CIDADES: Revista científica* (vol. 1, nº 1). Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos.

ENGELS, Friedrich

(1988) *A Situação da Classe Operária Inglesa*. 2ª ed., São Paulo, Global.

LEFEBVRE, Henri

(1976) *Espacio y Política: El derecho a la ciudad II*. Barcelona: ed. Península.

LEFEBVRE, Henri

(1999a) *A cidade do capital*. Rio de Janeiro, DP&A.

LEFEBVRE, Henri

(2005) “As classes sociais e suas formas modernas de luta”. In: GEOUSP, *Espaço e Tempo*. São Paulo: FFLCH/USP.